

Dossiê: Memória e Sociedade

A noção de memória coletiva nas ciências sociais tem sido cada vez mais utilizada na análise da formação de identidades culturais. Apresenta-se tanto como estratégia para movimentos sociais e culturais, assim como para a valorização de comunidades locais, cidades, estados nacionais e diásporas. No entanto, nas últimas décadas observamos certa fragmentação analítica e um significativo afastamento do interesse por reavaliar a sua pertinência na academia. Cientes disso, o objetivo do presente dossiê temático é contribuir à difusão dos usos mais recentes do

conceito de memória coletiva no contexto brasileiro, partindo da sua pluralização como parte de transformações contemporâneas com relação às variáveis tempo e espaço.

No Brasil, paralelamente ao surgimento de fenômenos associados à globalização e à localização, a construção da identidade nacional deixa de procurar um discurso unificador e passa a ser substituída por um conjunto amplo de identidades culturais. A tradição ou memória coletiva de uma nação pode ser compreendida a partir do encontro de determinados grupos sociais com meios de comunicação, imprensa e tecnologias de informação. Ela pode ser denominada comunidade imaginária, cultura partilhada ou qualquer outro termo. Em quaisquer dos casos, mitos fundadores e signos são associados à nação e podem explicar a lealdade e a devoção expressas pelos membros da nação. Operam da mesma forma as tradições ou memórias coletivas multifacetadas.

Nesse sentido, é indiscutível o papel que desempenham mitos, memórias, símbolos e tradições nos processos de constituição de identidades. A construção dos elos entre memória, poder e identidade não é resultado apenas de um encontro que se dá ao acaso em diferentes formações culturais. O reconhecimento de uma determinada identidade nacional corresponde à marginalização e discriminação de outras construções sobre esta mesma nação. Estariam envolvidos neste processo não só diferentes interesses, mas também diferentes formas de poder que seriam capazes de determinar as construções reconhecidas pela maioria.

Uma das principais questões que surge em relação aos usos da memória coletiva na formação de identidades culturais relaciona-se à capacidade da narrativa de representar situações vivenciadas em um tempo ou em um lugar que não é o nosso. Há sempre discrepâncias entre aquele que tem o poder de representar e o representado. Somos chamados, portanto, a analisar as diferentes dimensões de poder inerentes à tarefa da mediação. Como exemplo, destacam-se as atuais afirmações identitárias de populações afrodescendentes e nações indígenas, entre outras, tornando o nexo política e memória de crescente interesse analítico nos estudos sobre identidades culturais.

Observamos ainda um notável crescimento e renovação de instituições de memória, como museus, arquivos, bibliotecas e jardins botânicos, as quais têm sido acompanhadas por uma reflexão crítica sobre os capitais econômicos e políticos associados à preservação de valores culturais. Por sua vez, o processo já conhecido de revitalização de áreas urbanas degradadas e conseqüente valorização imobiliária apresenta espaços de negociação em que estão presentes não só políticos e detentores do capital, muitas vezes interessados no potencial turístico da região, mas também moradores tradicionais, que procuram em leis e relatórios científicos o apoio capaz de referendar o seu direito ao solo urbano.

Em suma, são vários os usos e conflitos em torno do direito a um passado cada vez mais subordinado às narrativas do presente. Em diversas áreas surgem processos de formação de identidades culturais que têm por base as memórias coletivas. A continuação, o leitor poderá se aproximar de algumas das temáticas que procuram tornar a noção de memória coletiva um eixo analítico muito importante no momento de olharmos para as transformações sociais, políticas e culturais do nosso presente.

Myrian Sepúlveda dos Santos

Carlos A. Gadea
Editor